

## RESISTÊNCIAS CIDADINAS: A REATIVAÇÃO E REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS NA CAPITAL PERUANA

Indira Angela Eyzaguirre<sup>1</sup>

**Data de submissão:** 13. 08. 2020

**Data de aprovação:** 02. 11. 2020

Peru foi um dos primeiros países da América Latina em declarar quarentena total em todo seu território, mas mesmo assim, atualmente é o sétimo país com maior número de contagiados e falecidos, embora sua proporção territorial seja menor comparado com outros países. A cidade de Lima, capital peruana, é caracterizada por ser uma urbe ruidosa e uma das mais populosas, mas as dinâmicas cidadinas mudaram e foram-se reorganizando a partir das imposições legislativas restritivas do poder executivo. Um país onde a maioria dos trabalhadores são informais e vivem do dia-dia, em que a ocupação das ruas e espaços citadinos é um símbolo de resistência e existência de forma cotidiana. A pandemia com certeza deixou muitos países devastados, e na capital limenha peruana não foi diferente. Este ensaio é produto do projeto fotográfico “*Diario de cuarentena por las calles limeñas*”<sup>2</sup> que documenta a narrativa imagética da rotina cidadina nas ruas do centro de Lima desde o começo da pandemia no Perú. Esta narrativa fotográfica retrata a procura da solidariedade e a adaptação para enfrentar estes tempos pandêmicos de alguns comerciantes e moradores de rua. Assim como documentar a resistência nos espaços reocupados nessa nova face da capital peruana, as fotografias foram tiradas com câmera de celular e foram cuidadosamente editadas com o aplicativo *Adobe Lightroom*.

Diversos grupos sociais estão reocupando os espaços na capital peruana, muitas pessoas ganharam o “*bono universal*” que é um tipo de bolsa que o governo ofereceu aos grupos mais vulneráveis para “subsistir” nestes tempos pandêmicos, muitas delas reocupam espaços fora dos bancos aguardando nas filas enquanto leem o jornal com notícias da reativação da economia peruana. Existiram “*bonos*” para quase todos os grupos sociais, menos para os chamados informais que são de pequeno porte ou microempreendedores. Entre os grupos que ganharam estas bolsas, estão as empresas de mediano e alto porte como os bares localizados no centro de Lima. Todos os bares e áreas de lazer citadino foram fechados quando chegou a pandemia, mas recentemente, muitos deles estão recomeçando em formato de restaurantes por *delivery*.

Toda a rotina cidadina foi paralisada neste país, como em outras partes do mundo, mas na capital peruana recentemente percebe-se a reocupação dos espaços de lazer como as praças onde os jovens, mas sobretudo os mais velhos vão para relaxar com uma leitura, aguardando o tempo passar em uma tarde cálida no inverno da cidade de Lima. Definitivamente, o processo de retomar esse direito à cidade é evidente nas ruas limenhas, como é perceptível na resistência dos moradores de rua, entre eles os chamados “*jovens hippies*”, os mesmos que por todo este tempo “sumiram” das ruas. Mas com a reativação da cidade, eles voltam a resistir nos seus espaços, nas paradas dos semáforos, adaptando-se a uma nova rotina, a uma nova forma de segurança sanitária, a um “novo normal”.

O que move esta cidade, é o comercio praticado pela classe trabalhadora, os espaços e direitos são renovados pelos mesmos cidadãos diante de tantas políticas restritivas. É assim que então, surgem os novos direitos a partir dessa classe resistente onde também surge a

---

<sup>1</sup> Mestre em Biologia na área de ecologia socioambiental. Escritora, fotógrafa e desenhadora freelance. Possui diversas publicações de poemas, ensaios e artigos. Instituição/Afiliação Universidade Federal do Pará, Campus Bragança

<sup>2</sup>Projeto em processo de edição para ser publicado em: <https://linktr.ee/indieyzaguirre>.

solidariedade cidadina, principalmente a ajuda entre os trabalhadores de rua, os chamados de “ambulantes” ou “informais”.

O direito à vida urbana, transformada, renovada [...]. No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas [...]. Surgem direito [...] direitos das idades e dos sexos (mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrumentação e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições [...]. A pressão da classe operaria foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos. (LEFEBVRE, 2010, p. 116-117).

No meio destes direitos dos sexos, direitos de idades, surge a cooperatividade entre estes grupos, principalmente diante de possíveis “ameaças” neste ecossistema urbano. Estas possíveis ameaças vão desde o assédio do grupo militarizado que fiscaliza as ruas em prol da ordem e segurança sanitária e até o assédio da prensa que etiqueta aos informais como irresponsáveis<sup>3</sup>, por saírem às ruas vender seus produtos sem ter nenhum dever de segurança sanitária. Desta forma, estes chamados “informais” reagem de forma solidaria, ajudando-se entre eles, formando grupos pequenos, como os grupos de muitas mulheres que se comunicam entre elas quando vem a prensa ou mesmo os fiscalizadores. São códigos criados a partir dessa resistência da classe trabalhadora, uma adaptação constante a uma nova realidade. Estes comportamentos, são de qualquer forma, solidários diante da falta de ofertas de trabalhos, a promessa do crescimento econômico e trabalho descente. Embora os contínuos comentários da pensa, existem muitos vendedores de rua ou “ambulantes” que são muito responsáveis em seus negócios, desde o vendedor de moedas antigas até o vendedor de dozes e bolachas, os mesmos que tem um álcool na mão, máscaras, careta de proteção e até tem sinalizado seu lugar de trabalho no seu espaço recuperado - a rua.

A economia informal foi retrasada em todos os países pela nova pandemia, já que estamos em uma recessão histórica que impacta aos mais vulneráveis, principalmente aos informais como é mencionado no relatório nas metas do ODS 8<sup>4</sup>. Os mesmos que foram esquecidos pelos atuais “bonos” à esta classe por não serem formais ou não ter porte de medianas ou grandes empresas. Toda esta reorganização, mas de forma inclusiva e que respeite o grupo trabalhador teve que ser pensada de forma que não existam programas governamentais que impossibilitem o acesso destes benefícios aos mais vulneráveis. Os programas puderam ser planejados em prol do direito à cidade, do genuíno desenvolvimento que inclua emprego produtivo e trabalho decente para todos:

O coronavírus em 2020 causou mudanças abruptas e profundas, retardando ainda mais a economia. Isso está causando um impacto adverso nos mercados de trabalho do mundo, principalmente em trabalhadores informais, trabalhadores por conta própria, assalariados diários e trabalhadores de setores com maior risco de interrupção. De fato, podemos esperar o maior aumento no desemprego global desde a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, a crise representa uma séria ameaça à segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e pode aumentar o risco de trabalho infantil. São necessárias medidas políticas urgentes para apoiar as empresas, aumentar a demanda de trabalho e preservar os empregos existentes - especialmente para os mais vulneráveis - para alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens. (ONU, 2020, p. 40).

<sup>3</sup> Ver o jornal: <https://rpp.pe/lima/actualidad/coronavirus-en-peru-la-victoria-ambulantes-venden-comida-en-carretilas-sin-los-minimos-protocolos-de-bioseguridad-noticia-1278848>

<sup>4</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/economic-growth/>

Os espaços citadinos da capital peruana em tempos pandêmicos possuem dinâmicas peculiares de grandes cidades, onde a economia é movimentada pela informalidade e onde a vida cidadina foi voltando aos poucos com a reocupação dos espaços. Embora os esforços das decisões políticas sobre a contenção deste novo vírus estiveram presentes, não foram suficientes para contê-lo, já que sofremos as externalidades da pandemia e nem tanto os efeitos diretos da doença. Desta forma, a pandemia só revelou os problemas de mais de dez anos no sistema, de saúde, de educação, e demais setores. Sendo assim, ainda é necessária a implementação de programas governamentais que além de ser paternalistas, devem ser de assistência social bem planejada pensando na sustentabilidade ao longo do tempo e não apenas que ofereçam “*bonos*” a uma população que por história, é resistente.

## REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

ONU. **The sustainable development goals report 2020**. Unites Nations. 2020.









